

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf IVAN MOACYR **WEISS** JÚNIOR

O Exército Operativo do Brasil de Guararapes à Operação São Francisco: as grandes transformações do Exército Brasileiro



Rio de Janeiro
2022

Maj Inf IVAN MOACYR **WEISS** JÚNIOR

O Exército Operativo do Brasil de Guararapes à Operação São Francisco: as grandes transformações do Exército Brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Maj Inf Johnestown Haullinson Farias

Rio de Janeiro
2022

W429e Weiss Júnior, Ivan Moacyr

O Exército Operativo do Brasil de Guararapes à Operação São Francisco: as grandes transformações do Exército Brasileiro. / Ivan Moacyr Weiss Júnior. — 2022.

41 f.: il.; 30 cm.

Orientação: Johnestown Haullinson Farias

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 40-41

1. Exército Operativo. 2. Transformações. 3. História. I. Título.

CDD 355.4

Maj Inf IVAN MOACYR **WEISS** JÚNIOR

O Exército Operativo do Brasil de Guararapes à Operação São Francisco: as grandes transformações doutrinárias do Exército Brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Aprovado em

COMISSÃO AVALIADORA

JOHNESTOWN HAULLINSON FARIAS – Maj Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

GUSTAVO MENDES RÉGUA BARCELOS – Maj Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

LEANDRO RODRIGUEZ CALDAS – Maj Art - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa e ao meu filho, que
sempre me apoiam na minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao sentimento maior que nos une e nos faz ter vontade de lutar diante das dificuldades. Às pessoas que nos somam a esse sentimento e potencializam a nossa força: a nossa família, os nossos amigos e mentores.

Ao Exército Brasileiro, que através dos seus militares, nos induz ao autoaperfeiçoamento, à vontade e à oportunidade de servir à pátria.

RESUMO

Ao longo da história do Brasil, o Exército Brasileiro transformou o seu conceito operativo para fazer frente aos diversos desafios. Inicialmente como colônia de Portugal, enfrentando invasões estrangeiras e movimentos emancipacionistas internos. O desafio era ter a força suficiente para ser possível enfrentar grandes exércitos no vasto território, e, ao mesmo tempo, ter a força necessária para fazer frente às tentativas de separação de determinadas regiões da coroa portuguesa. Depois, no Império, separado do Exército de Portugal, fez face à consolidação das fronteiras no Sul e teve sua experiência com mercenários estrangeiros. O Exército estruturou a sua organização e se evidenciou no cenário político nacional. Durante a República, criou a gênese de sua própria doutrina, atendendo às peculiaridades do país. O atual exército operativo se formou por essas transformações ao longo da história e, por isso, é referência de sucesso, promovendo o prestígio de outras nações e a alta credibilidade perante a sociedade.

Palavras-chave: Exército Operativo, transformações, história.

ABSTRACT

Throughout the history of Brazil, the Brazilian Army has transformed its operational concept to face various challenges. As a Portuguese colony, the Army existed to defend against foreign invasions and internal independence movements by maintaining the strength to fight large enemy armies across a vast territory, as well as preventing regions from seceding. Later in the Empire, the Brazilian Army became independent of the Portuguese, where they fought war against Paraguay, and contracted foreign soldiers to fight as mercenaries. Leading up to political independence from Portugal, the Brazilian Army stood as an example of strength to the Brazilian people and transformed its doctrine to the peculiarities of the new nation's geography. The current Army is a transformation of Brazil's history, unique in capabilities for a unique geography, and retains its credibility with the Brazilian people.

Key words: Operational concept, transformation, history.

LISTA DE ABREVIATURAS

Btl	Batalhão
Cav	Cavalaria
Cia	Companhia
D	Dom
EUA	Estados Unidos da América
Esq	Esquadrão
Inf	Infantaria

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Capitãncias Hereditãrias. Fonte: Wikipedia	15
Figura 2-Entradas e Bandeiras. Fonte Site Histãria Total	16
Figura 3- Feitoria. Fonte:Rudimar Lacerda Mauss	17
Figura 4- Invasães Holandesas. Fonte:Site Blog do ENEM	19
Figura 5- Revolta do Beckman. Fonte: Site Todo Estudo.....	20
Figura 6- Uniformes do Exãrcito Colonial. Fonte: Site Arquivo Histãrico	22
Figura 7-Dom Pedroll. RAMEN DIGITAL - WWW.RAMEN.DIGITAL. Dom Pedro II» Monarquia. Disponívcl em: < https://monarquia.org.br/a-familia-imperial/arvore-genealogica/dom-pedro-ii/ >. Acesso em: 18 set 2022.....	24
Figura 8- Francisco de Lima e Silva. Fonte:DOS, Contribuidores. polítco brasileiro. Disponívcl em: < https://pt.wikipedia.org . Acesso em: 18 set 2022.	28
Figura 9- Getúlio Vargas- Fonte: (“Regimes autoritãrios: reposicionamento de uma discussãõ fundamental”, 2020)	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. METODOLOGIA	13
3. O CONCEITO OPERATIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	14
4. O EXÉRCITO BRASILEIRO NO BRASIL COLÔNIA	15
4.1. O BRASIL COLÔNIA	15
4.2. A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO NO BRASIL COLÔNIA	18
5. O EXÉRCITO IMPERIAL	23
5.1. O BRASIL IMPERIAL.....	23
5.2. ATUAÇÃO DO EXÉRCITO IMPERIAL.....	25
6. O EXÉRCITO NO BRASIL REPÚBLICA	29
6.1. A REPÚBLICA BRASILEIRA	29
6.2. O EXÉRCITO NA REPÚBLICA.....	33
7. CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

O Presente trabalho tem por finalidade apresentar a evolução do conceito operativo do Exército brasileiro ao longo da história.

O Exército Brasileiro é uma instituição nacional, de Estado e permanente, que emprega as suas capacidades para cumprir suas missões em prol da nação.

Art. 1º As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988)

A instituição Exército Brasileiro participou de diversos episódios da história desde 1645, quando da expulsão dos invasores holandeses, garantindo, desde então, a integridade territorial, a estabilidade política e salvaguardando os direitos da população. Pode-se dizer que o Exército, não é somente uma instituição do povo brasileiro, mas sim o próprio povo, por ser composto de todas as raças, credos, regiões e culturas.

O conceito operativo de um Exército se traduz como a forma de atuação dele, diante de suas missões. Essa forma de atuação evolui à medida que o mundo se transforma e novos desafios surgem, modificando os equipamentos, a doutrina, a cultura e a liderança. Essas modificações no conceito operativo buscam a efetividade da instituição no cumprimento de suas missões.

Nos seus mais de 300 anos de história, o Exército Brasileiro teve grandes evoluções. Primeiramente, no Brasil colônia, para fazer frente às invasões estrangeiras e aos movimentos emancipacionistas. No Período Imperial, no combate a movimentos internos e nas campanhas da região sul. No período Republicano, em Revoltas e turbulências internas, na Primeira Guerra Mundial, na Segunda Guerra Mundial. Além dos movimentos subversivos da década de 1970, na garantia da lei e da Ordem dos anos 2000 e de missões estrangeiras sob a égide da Organização das Nações Unidas.

Nesses desafios, por vezes, a ação do Exército foi mais efetiva do que em outras, porém sempre buscou evoluir o seu conceito operativo para que o aprendizado obtido fosse permeado pela instituição, tornando-a sempre pronta e tempestiva em cada período.

Em suma, o Exército brasileiro reagiu a todos os desafios que enfrentou. Algumas reações ocorreram de maneira reativa e, outras, de maneira proativa.

A evolução operativa proveniente de reação a óbices, são, geralmente, mais caras e mais improvisadas que as proativas. Afinal, mudanças de paradigmas acontecem por reação a novos desafios. Estes desafios podem ser: novas capacidades do inimigo, novos atores envolvidos, novas atribuições dadas aos militares, dentre outros.

Porém, ao se observar a história do Brasil, o contexto mundial das épocas da história, e os desafios atuais, podem-se evidenciar fatores que permitam ao Exército a buscar a proatividade na evolução de seu conceito operativo.

Nesse ínterim, aflora-se um problema a ser analisado por essa pesquisa: Em que medida a evolução do conceito operativo do Exército Brasileiro foi proativa ou reativa diante dos desafios ao longo da história?

Os resultados que se pretendem alcançar com o presente trabalho serão substanciados pelo estudo da atuação do Exército nos períodos da história do Brasil. Tudo com a finalidade de concluir sobre a efetividade das transformações operativas.

As respostas a esse questionamento serão fundamentais para que se possa atingir o objetivo geral proposto para esse trabalho de pesquisa, qual seja: Apresentar a efetividade das transformações de vulto ocorridas no Exército Brasileiro ao longo da história.

Com a finalidade de permitir a conquista do objetivo deste trabalho num desenvolvimento lógico, coerente e progressivo, foram levantados os seguintes objetivos específicos:

- a. Apresentar o Exército Brasileiro no Brasil Colônia.
- b. Apresentar o Exército Brasileiro no Brasil Imperial.
- c. Apresentar o Exército Brasileiro no Brasil República.
- d. Apresentar a efetividade da evolução do conceito operativo do Exército Brasileiro.

A fim de permitir uma abordagem exequível, com profundidade adequada e coerente com a proposta deste trabalho acadêmico, a pesquisa enfocará a análise resumida da doutrina militar do Exército Brasileiro ao longo da história.

Deste modo, a linha de pesquisa buscará levantar dados das transformações doutrinárias do Exército no Período Colonial, no Brasil Império, sob a influência francesa, sob a influência americana e sob a própria doutrina. O referido estudo

pretende contribuir para o Exército Brasileiro, com a elaboração de um cabedal de subsídios para o desenvolvimento do conceito operativo do Exército, aprimorando a sua efetividade diante de futuros desafios.

2. METODOLOGIA

Após o estudo inicial e considerando os pressupostos existentes para o desenvolvimento desse trabalho, esta pesquisa terá uma abordagem do tipo qualitativa, descritiva, explicativa e bibliográfica. A pesquisa é qualitativa, visto que requer procura de fontes de informações mais profundas, cuja seleção contempla a subjetividade, mas que permitam entender a efetividade das transformações do Exército Brasileiro. Descritiva porque pretende evidenciar características do tema em pauta, visando definir as suas naturezas e estabelecer correlações entre elas. A pesquisa descritiva servirá de base para a pesquisa explicativa, que tentará tornar fácil o entendimento do assunto. Bibliográfica porque terá sua fundamentação teórico-metodológica baseada na investigação de livros, artigos, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral.

Esta pesquisa realizará o levantamento de dados por meio de pesquisa bibliográfica de literatura (livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas) de fontes confiáveis, pesquisa de campo, através de questionários e entrevistas, quando possível. Nesta oportunidade, será feita a seleção da documentação que será utilizada para atingir os objetivos do trabalho. As conclusões decorrentes desta pesquisa possibilitarão reunir um cabedal de dados a serem empregados para otimizar a identificação de oportunidades de melhoria para o Exército Brasileiro.

O método escolhido possui limitações, haja vista que, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, estará limitada às consultas realizadas pelo autor, que buscará a maior variação possível. Entende-se como de extrema importância a seleção criteriosa das fontes a serem utilizadas no trabalho, a fim de se alcançar uma fundamentação sólida do tema pesquisado. Enfim, a metodologia utilizada buscará evidenciar de forma objetiva e clara os seus tipos, tratamento de dados e as limitações dos métodos elencados. Com isso, acredita-se que a metodologia escolhida permitirá alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

3. O CONCEITO OPERATIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército Brasileiro evoluiu como instituição ao longo de sua história. Suas capacidades foram desenvolvidas para que o emprego da força tivesse a efetividade devida em cada momento da história.

A expressão “Exército Operativo” é relativamente recente, mas a instituição já possuía as características que integram esse conceito.

A palavra “Operativo” significa: “Que produz efeito: vontade operativa” (“Operativo”, 2022). Nesse sentido, o Exército Brasileiro desenvolveu o seu conceito operativo que se traduz como:

O conceito operativo do Exército preconiza a máxima integração entre vetores militares e civis, que buscam a unidade de esforços no ambiente interagências, em uma escala variável de violência. (BRASIL, 2017)

Basicamente, esse conceito define um resumo ou, em linguagem figurada, um retrato do que é o Exército Brasileiro em um determinado momento. Esse conceito define a instituição pela sua missão, características, estrutura e valores. Cada fase da história do Brasil, o Exército foi operativo de forma a cumprir o seu dever.

4. O EXÉRCITO BRASILEIRO NO BRASIL COLÔNIA

4.1. O BRASIL COLÔNIA

O Período colonial é o período da história do Brasil do ano de 1500, seu descobrimento pelos portugueses, até 1822, sua independência de Portugal.

A colônia era a porção de terra explorada por sua metrópole, que buscava sua balança comercial favorável, vendendo-se do que a colônia poderia fornecer em troca de metais preciosos: ouro ou prata. Os recém-formados Estado-Nação da Europa se lançaram às grandes navegações para buscar colônias nos outros continentes, e o Brasil foi a colônia portuguesa em solo americano.

Com a finalidade de explorar o vasto território da colônia, a coroa portuguesa o dividiu em capitânicas hereditárias. Eram quatorze capitânicas hereditárias, doadas a doze donatários, que podiam explorar os recursos da terra, mas ficavam encarregados de povoar, proteger e estabelecer o cultivo da cana-de-açúcar. No entanto, essa estrutura não funcionou, e apenas as capitânicas de Pernambuco e São Vicente prosperaram. Em 1549 o rei atribuiu um governador-geral para administrar toda a América Portuguesa.

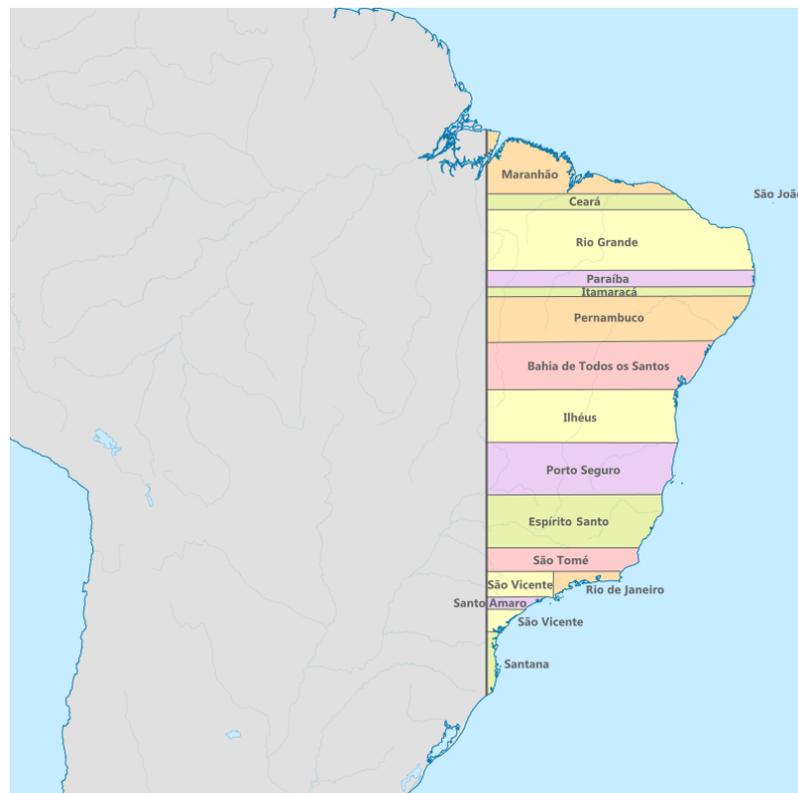


Figura 1- Capitânicas Hereditárias. Fonte: Wikipedia

Nesse período, houve expedições para explorar o interior da colônia e buscar metais preciosos, eram as Entradas e Bandeiras. Tais expedições colaboraram para a ampliação do território para além da demarcação do Tratado de Tordesilhas, permitindo a configuração das grandes dimensões do território.



Figura 2-Entradas e Bandeiras. Fonte Site História Total

A dinâmica da sociedade se transformou no período de acordo com a forma que a colônia foi explorada. Os principais ciclos econômicos foram: Ciclo do Pau Brasil, Ciclo da cana-de-açúcar, Ciclo do ouro.

O ciclo do Pau Brasil ocorreu logo nos primeiros anos de exploração da colônia, de 1500 a 1530. O Pau Brasil era retirado da mata e trazido para Feitorias localizadas no litoral, onde eram levados para Portugal para a produção de tinta. As feitorias eram mobiliadas por portugueses que tinham a responsabilidade de coordenar a exploração, preparar o sustento de alimentação local e defender a feitoria, inclusive com a construção de fortes.



Figura 3- Feitoria. Fonte: Rudimar Lacerda Mauss

O ciclo da cana-de-açúcar iniciou-se a partir de 1530 e se estendeu por cerca de dois séculos. A cana se adaptou bem às capitanias de Pernambuco e São Vicente, e seu produto era bem aceito na Europa. A estrutura administrativa passou a ser o Engenho, que era composto pelos portugueses, que o administravam, os pequenos comerciantes locais, os criadores de gado que sustentavam o Engenho e a mão de obra escrava africana.

O ciclo do ouro começou com o descobrimento das grandes jazidas na região das Minas Gerais. A extração do ouro provocou mudanças na ocupação do território. Houve um grande fluxo de pessoas que vieram de Portugal e do litoral nordestino para a região das minas. Também ocorreu o incremento da escravização de indígenas e de africanos. A fim de garantir o controle sobre a extração e envio do metal, a Coroa instituiu uma nova estrutura administrativa, a Casa de Fundição, com vários impostos e transferiu a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro. Assim, a descoberta de grandes quantidades de ouro no Brasil, tornava-se um motivo de esperanças de enriquecimento e estabilidade econômica para os portugueses.

Durante os três séculos de colonização, diversas nações tentaram invadir o Brasil, como a França, no Maranhão e no Rio de Janeiro, e a Holanda, no nordeste do Brasil. Todos esses invasores foram expulsos pelas forças portuguesas e locais.

Também, nesse período, houve diversos movimentos internos emancipacionistas, que desafiaram o poder central, mas que também foram repelidos.

O período colonial foi importante para a expansão e consolidação do território brasileiro, além da formação do povo miscigenado, características que se perpetuam no país.

4.2. A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO NO BRASIL COLÔNIA

No período colonial, a colônia dispunha de uma força composta de portugueses e de brancos nascidos na colônia. Estavam subordinados aos interesses da coroa em defender o território contra invasores, contra os ataques de índios e para resolver problemas internos. Apesar de não se chamarem Exército Brasileiro, a força existente na colônia não tinha subordinação militar em Portugal, não era composta exclusivamente de Portugueses natos e já possuíam características próprias díspares do Exército que estava na metrópole.

As forças armadas de uma capitania compunham-se da tropa de linha, das milícias e dos corpos de ordenança. A primeira constituía um contingente regular e profissional permanentemente em armas. Era quase sempre composta de regimentos portugueses. Para completar os efetivos, as autoridades coloniais deveriam engajar gente branca da colônia, mas como poucas pessoas queriam voluntariamente ingressar na tropa em seus níveis mais baixos, as autoridades lançavam mão do recrutamento, que se tornou espantinho da população.

As milícias eram tropas auxiliares, recrutadas, entre os habitantes da colônia, para serviço obrigatório e não remunerado. Quase não se apresentavam voluntários, e o método de recrutamento forçado, principalmente dos pobres, aí imperava.

Por último, existiam as ordenanças, formada por todo o resto da população masculina entre 18 e sessenta anos, exceto os padres. Ao contrário das milícias, as ordenanças constituíam uma força local e para elas não havia recrutamento. Sua atividade militar limitava-se a exercícios periódicos e a agir quando surgissem na localidade tumultos ou outros acontecimentos extraordinários. (Fausto, 2012)

As forças armadas participaram de diversas batalhas para a expulsão de invasores. Desse período, destacam-se os conflitos que rechaçaram as incursões coloniais francesas (no Rio de Janeiro em 1567 e no Maranhão em 1615) e expulsaram os holandeses do nordeste em 1645.

As invasões francesas do Brasil registram-se desde os primeiros tempos da colonização portuguesa, chegando até o século XIX. Inicialmente dentro da contestação de Francisco I da França ao Tratado de Tordesilhas, ao utilizar o argumento do paradeiro do *testamento de Adão* e incentivar a prática do corso para o escambo do pau-brasil ainda no século XVI evoluiu para o apoio às tentativas de colonização no litoral do Rio de Janeiro (1555) e na costa do Maranhão (1594).

Entre os anos de 1630 e 1654, o Nordeste brasileiro foi alvo de ataques e fixação de holandeses. Interessados no comércio de açúcar, os holandeses implantaram um governo no território. Sob o comando de Maurício de Nassau, permaneceram até serem expulsos em 1654. Nassau desenvolveu diversas obras em Pernambuco,

modernizando o território. Durante o seu governo, Recife foi a mais cosmopolita cidade de toda a América.

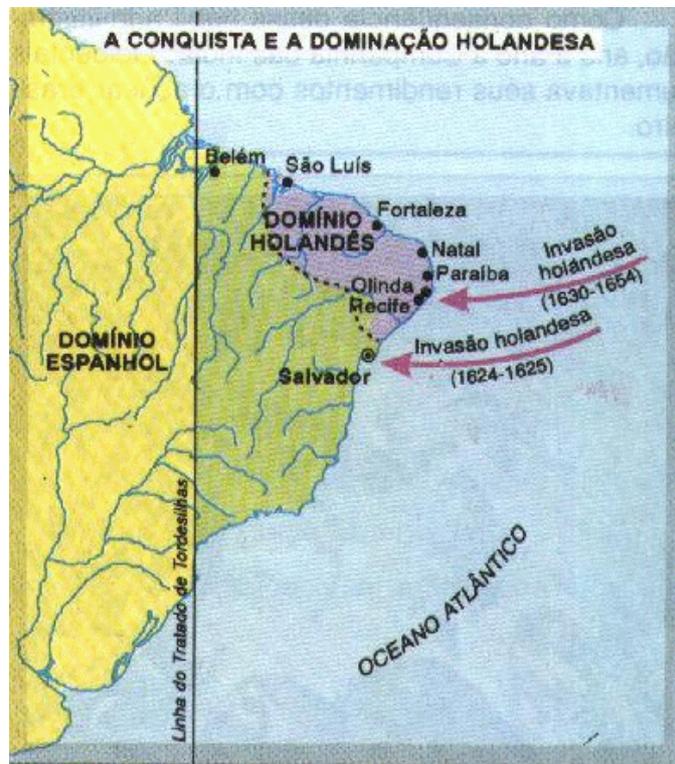


Figura 4- Invasões Holandesas. Fonte: Site Blog do ENEM

O Período colonial também foi marcado pelas seguintes revoltas internas:

Guerra de Iguape: entre 1534 e 1536, na capitania de São Vicente, a força portuguesa, liderados por Pero de Góis, ao desembarcar na barra de Icapara, em Iguape, foram recebidos sob o fogo da artilharia. Na retirada, os sobreviventes foram surpreendidos pelas forças espanholas e emboscadas. No dia seguinte, Ruy Garcia de Moschera e o "Bacharel de Cananeia", aliados aos espanhóis, embarcaram em um navio francês, capturado em Cananeia e atacaram a vila de São Vicente, que saquearam e incendiaram, deixando-a praticamente destruída, matando dois terços dos seus habitantes. Foi o primeiro confronto entre europeus portugueses e espanhóis na América do Sul.

Insurreição Pernambucana: ocorreu no contexto da ocupação holandesa, culminando com a expulsão dos holandeses da região Nordeste do país;

Guerra dos Emboabas: os bandeirantes paulistas queriam exclusividade na exploração do ouro nas minas que encontraram. Entraram em choque com os imigrantes portugueses que estavam explorando o ouro das minas;

Guerra dos Mascates: que se registrou de 1710 a 1711 na então Capitania de Pernambuco.

Guerra Guaránica: espanhóis e portugueses entram em conflito com os índios guaranis catequizados pelos jesuítas, de 1751 a 1758;

Revolta de Filipe dos Santos: ocorrida em Vila Rica, representou a insatisfação dos donos de minas de ouro com a cobrança do quinto e das Casas de Fundição. O líder Filipe dos Santos foi preso e condenado à morte pela coroa portuguesa;

Revolta de Beckman: Ocorreu em fevereiro de 1684, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, liderado pelos irmãos Manuel e Tomas Beckman, apenas reivindicando melhorias na administração colonial, o governo português reprimiu violentamente o movimento;

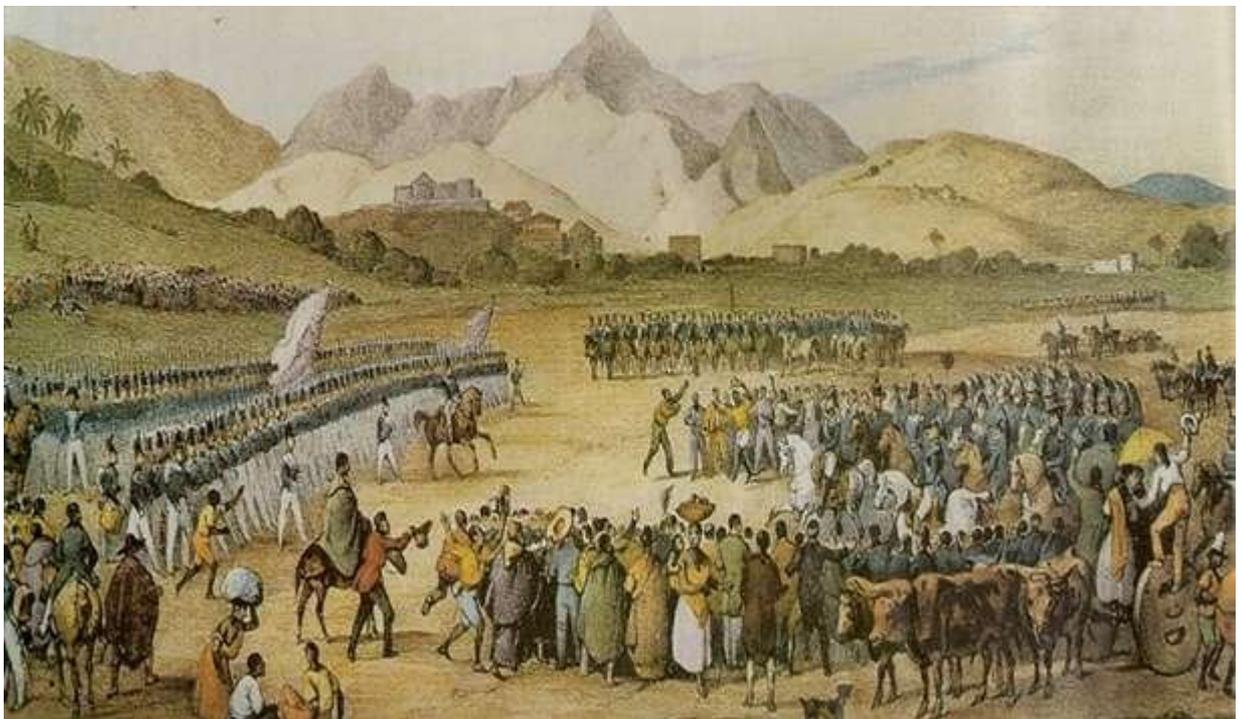


Figura 5- Revolta do Beckman. Fonte: Site Todo Estudo.

Inconfidência Mineira (1789): liderada por Tiradentes, os inconfidentes mineiros eram contra a execução da Derrama e o domínio português. O movimento foi descoberto pelos portugueses e os líderes foram condenados;

Conjuração Baiana (1798): Também conhecida como "Revolta dos Alfaiates". Revolta de caráter emancipacionista ocorrida na então Capitania da Bahia. Foi punida duramente pela Coroa de Portugal.

O Exército atuou em todos esses conflitos de maneira simples, eliminando os revoltosos pela força. Prendendo os sobreviventes e, na maioria das vezes, condenando-os à morte.

A estrutura dessas forças foi incrementada pela atuação de Conde de Lippe, um Prussiano que serviu ao Exército Português. Lippe queria que seu subordinado de confiança, Böhm o auxiliasse em sua missão na colônia.

Sobre a questão militar, a monarquia Josefina percebeu as condições deploráveis dos seus exércitos, comparado aos avanços militares que se viam no continente europeu.

Neste sentido, por indicação do rei Jorge II de Inglaterra, o marquês de Pombal decidiu chamar a Portugal o Conde Schaumbourg-Lippe, discípulo direto de Frederico II da Prússia. O conde de Lippe era um oficial de larga experiência e conhecimento acerca das mais modernas ciências militares em crescimento no continente. Ao Conde de Lippe foi dado todo o comando dos exércitos reinóis. As condições de fragilidade e desorganização das tropas do reino eram preocupantes; as da colônia não estavam diferentes. (Damacena, 2018)

Böhm chegou a Lisboa em janeiro de 1765, como Marechal-de-Campo. O governo português decidiu enviá-lo à sua colônia americana em 1767.

Promovido a Tenente-General e nomeado governador, Cmt e inspetor geral de todas as tropas em qualquer parte do Brasil, tinha como missão implantar o novo modelo militar português nas tropas do Brasil, organizar as unidades e a instrução.

Ele Trouxe o brigadeiro sueco Jacques Funck, como Inspetor da Artilharia e Fortificações e trouxe 03 regimentos de infantaria metropolitanos (Moura, Bragança e Estremoz) e uma brigada (bateria) de artilharia. Dois anos após sua chegada, a tropa brasileira já estava muito bem adestrada e aprovisionada de todas as suas necessidades.

Mandou organizar um regimento de infantaria de linha na Ilha de Santa Catarina em 1769 e um em São Paulo em 1775, criou a Legião de Voluntários Reais de Tropas Ligeiras de São Paulo, 04 Cia Cav e 06 Cia Inf (1775). Böhm criou um exército submetido às mesmas normas, à mesma direção, à mesma disciplina (expressão do sentimento geral de defesa). Organizou, concentrou e liderou o maior exército reunido no Brasil no período colonial, composto por tropas europeias e locais, de linha e auxiliares. Expulsou os castelhanos da capitania do Rio Grande do Sul em 1776, depois de 13 anos de domínio espanhol. O General Böhm lançou as fundações do Exército Brasileiro.



Figura 6- Uniformes do Exército Colonial. Fonte: Site Arquivo Histórico

Pode-se identificar, pela atuação do Exército do Brasil no período colonial, que este utilizava a doutrina militar de Portugal, até mesmo atualizada pelo Conde de Lippe, naturalmente, utilizava o equipamento português, já que na colônia não havia fábricas. Foi um exército eficiente, por manter a integridade do território perante as ameaças internas e externas. No período, a ameaça era direta, um exército oponente ou revoltosos internos. Apesar disso, as primeiras características básicas do Exército Brasileiro foram firmadas, como o amor ao solo brasileiro, a adaptabilidade, a integração entre as raças e os credos dos seus soldados e o espírito combativo, fundando, assim, os primeiros conceitos operativos do Exército Brasileiro.

5. O EXÉRCITO IMPERIAL

5.1. O BRASIL IMPERIAL

A História do Brasil Imperial tem início em 7 de setembro de 1822 com a proclamação de Independência do Brasil por Dom Pedro I. O término deste período é a Proclamação da República, ocorrida no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1889. Durante esta época, o Brasil foi governado por dois imperadores: Dom Pedro I (de 1822 até 1831) e D. Pedro II (de 1840 até 1889). Entre os anos de 1831 e 1840, o Brasil foi governado por regentes

As 7 décadas de império alteraram a estrutura do Brasil profundamente. As transformações acompanharam a evolução política, social, econômica e militar acontecidas no mundo.

No campo político, pode-se destacar de maneira cronológica: Em 1823 a reunião da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil. A Assembleia foi dissolvida por D. Pedro I que criou o Conselho de Estado. No dia 25 de março de 1824, D. Pedro I outorga a Primeira Constituição Brasileira. Em 1825 a Independência do Brasil é reconhecida por Portugal. Sofrendo pressões, Dom Pedro I abdica do trono do Brasil em 1831. De 1831 a 1840 o Brasil é governado por regentes (Período Regencial). No ano de 1834, em agosto, um ato adicional (Lei número 16) modificou a Constituição Brasileira: A Regência Trina foi substituída pela Regência Una. O padre Diogo Feijó tornou-se o primeiro regente uno do Brasil em 1835. No Golpe da Maioridade, Dom Pedro II assume o trono do Brasil com apenas 14 anos de idade. Em 1847 é instituído o parlamentarismo no Brasil. Em 1872 ocorre a fundação do Partido Republicano. Por fim, em 1889, no dia 15 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca, ocorre a Proclamação da República (fim do Brasil Império).



Figura 7-Dom Pedro II. RAMEN DIGITAL - WWW.RAMEN.DIGITAL. Dom Pedro II» Monarquia. Disponível em: <<https://monarquia.org.br/a-familia-imperial/arvore-genealogica/dom-pedro-ii/>>. Acesso em: 18 set 2022.

Acompanhando a política interna e externa, várias revoltas e conflitos ocorreram no período, tais como: A vitória das tropas leais ao imperador brasileiro contra os portugueses nas guerras pela consolidação da independência em 1823. Confederação do Equador de 1824. Em 1825, início da Guerra da Cisplatina, conflito entre Brasil e Uruguai, que queria sua independência. Em 13 de março de 1831 a Noite das Garrafadas: conflitos de rua, no Rio de Janeiro, entre opositores e simpatizantes (partidários) de Dom Pedro I.

Badaró representava uma das figuras que criticava o autoritarismo de Dom Pedro I e seu governo imperial nos periódicos de divulgação de ideias liberais: o "Farol Paulistano" e o "Observador Constitucional". Com isso, a população se reúne e decide pôr fim ao governo do monarca, considerado um dos confrontos mais importantes, antes da abdicação de Dom Pedro I, que deixa o cargo pouco depois. (TODA MATÉRIA, 2015).

Entre 1835 e 1845, ocorre a Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos) no sul do país. A Revolta dos Malês no estado da Bahia em 1835. A Cabanagem de 1835 a 1840: revolta popular ocorrida na província do Pará. A Sabinada entre 1837 e 1838: revolta regencial ocorrida na Bahia. De 1838 a 1841 a Balaiada: revolta popular ocorrida no interior da província do Maranhão. Em 1842 a Revolução Liberal nas províncias de

Minas Gerais e São Paulo. De 1848 a 1850 a Revolução Praieira, de caráter liberal e federalista, ocorrida na província de Pernambuco. A Guerra contra o Uruguai em 1851 quando o governo imperial brasileiro interveio em defesa do líder colorado Frutuoso Rivera contra Manuel Oribe. No ano de 1852 a Guerra contra a Argentina, uma intervenção brasileira na Argentina com o objetivo de tirar do poder o caudilho Juan Manuel de Rosas e promover o livre comércio nos rios da região platina. De 1864 a 1865 a guerra contra o Uruguai, quando latifundiários gaúchos se envolveram em disputas políticas internas no Uruguai e o governo imperial se viu forçado a intervir no país. De 1865 a 1870 a Guerra do Paraguai: Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai.

Longe de constituir um enfrentamento entre “bons” e “maus”, a Guerra da Tríplice Aliança foi mais um capítulo do processo de formação e consolidação dos Estados nacionais na Bacia do Prata. Neste confronto, o Brasil não se guiou por “interesses britânicos” ou pelas características ditas “reacionárias” do Império, mas pela defesa de seu território e de seu povo. Na guerra, a frente única em defesa da nação gerou importantes sentimentos de patriotismo no povo e no Exército Brasileiro, influenciando, nos anos posteriores, tanto o processo de abolição da escravidão quanto a própria Proclamação da República. (TIAGO SOARES NOGARA, 2019)

No campo econômico e social, em 1850 a Lei Eusébio de Queiróz que proibia o tráfico de escravos. No ano de 1854 o empresário Barão de Mauá, em 30 de abril, inaugura a primeira ferrovia brasileira. Em 1871 foi promulgada a Lei do Ventre Livre. Em 1874 chegam em São Paulo os primeiros imigrantes italianos (início da fase de imigração). A borracha ganha importância no mercado internacional e o Brasil torna-se um grande produtor e exportador. Em 1885 a Lei dos Sexagenários: liberdade aos escravos com mais de sessenta anos. Em 1888, no dia 13 de maio, a Princesa Isabel assina a Lei Áurea, acabando com a escravidão no país.

Todos esses eventos se relacionam e evidenciam uma fase de amadurecimento da primeira oportunidade de crescimento independente do país.

5.2. ATUAÇÃO DO EXÉRCITO IMPERIAL

Acompanhando a política do Brasil Império, o Exército Imperial teve sua gênese na Independência do Brasil. Na separação entre tropas brasileiras e portuguesas surge o Exército Brasileiro.

O Exército Imperial herdou o modelo militar português em termos da organização portuguesa, doutrina portuguesa (Regulamentos Beresford). A administração militar e a disciplina eram regidas pelo regulamento do Conde de Lippe (1762).

O novo exército era estratificado socialmente: Os Oficiais eram de nobre origem social enquanto a Tropa era o estrato marginal da sociedade. As condições do serviço militar eram degradantes para os soldados, com o recrutamento forçado por captura, castigos físicos e restrição à liberdade.

Por falta de legislação positiva para o Brasil têm sido adotados por muitos casos os estilos militares de Portugal... (MAGALHÃES, 2001)

As Forças do Exército Imperial no 1º Reinado eram assim divididas:

Tropas de 1ª linha (tropas pagas), com um efetivo aproximado de 30.000 homens, constituídas por 3 Batalhões de Granadeiros (02 de estrangeiros), 27 Batalhões de Caçadores (02 de estrangeiros), Batalhão de Caçadores do Imperador, 7 Regimentos de Cavalaria, 5 Corpos de Art Montada, 12 Corpos de Artilharia de Posição (fortes e fortalezas), Legião de Mato Grosso (04 Cia de Caçadores, 01 Esqd de Cavalaria e uma Cia de Artilharia).

Tropas de 2ª linha, milícias, que não eram pagas, com cerca de 40.000 homens, distribuídos em 4 Regimentos de Infantaria, 52 Batalhões de Caçadores, 26 Regimentos de Cavalaria Ligeira e 4 Brigadas de Artilharia Montada Guarda-Costa.

Corpos pagos “fora da linha” (Corpos Militares de Polícia, Corpos de Veteranos e Corpos irregulares de Mato Grosso e Divisões do Rio Doce, MG).

Essas forças possuíam um treinamento precário e eventual, e a imagem desse exército era feia perante conselheiros estrangeiros. Fato esse que justificam reveses em conflitos nesse período, como os reveses brasileiros diante dos patriotas orientais no combate de Rincón de las Gallinas (24 Set 1825) e no combate de Sarandi (12 Out 1825). Além desses combates, durante a invasão argentina do Rio Grande do Sul em janeiro de 1827, houve outro revés brasileiro na Batalha do Passo do Rosário. Aliado a isso, um motim das unidades estrangeiras (2º e 3º Btl Granadeiros, 27º e 28º BC e Esquadrão de Lanceiros Imperiais) ocasionou a dispersão imediata dos batalhões de estrangeiros e extinção das unidades em 1830, retirando aspecto estrangeiro das forças imperiais.

No Período Regencial, o Exército decaiu com a redução dos corpos de 1ª linha, extinção da 2ª linha do Exército, transferência dos corpos de polícia à administração das províncias, extinção dos corpos de veteranos, desmobilização da maior parte dos

fortes e fortalezas, e criação da Guarda Nacional de caráter civil e não subordinada ao Ministério da Guerra.

...debalde esforçou-se Barbacena por fazer passar as suas propostas; a Câmara dos Deputados riscou-lhes 4.000 Contos, reduziu a força da Marinha de 7.000 a 1.500 homens; o Exército de 25.000 a 12.000 homens, e, além disso, instituiu pelo licenciamento de todos os mercenários estrangeiros e pela dissolução dos batalhões estrangeiros... (MAGALHÃES, 2001)

No Segundo Reinado, o exército imperial foi robustecido e remodelado pela atuação de três importantes militares.

José Clemente Pereira, que combateu como capitão no Exército Português na Guerra Peninsular contra o Exército Francês de Napoleão Bonaparte e foi Ministro da Guerra em duas ocasiões, 1829 e 1841 a 1843, criou o “Livro Mestre” e o Almanaque de Oficiais (1841), criou a organização do quadro de oficiais do Exército (1841), dividindo-os em 1ª classe, oficiais efetivos, 2ª classe, oficiais agregados, 3ª classe, oficiais avulsos e 4ª classe, oficiais reformados.

Manuel Felizardo de Souza e Melo, que teve uma das gestões mais longas e produtivas no Ministério da Guerra no Império de 1848 a 1853. Promoveu as mais profundas mudanças do Exército Brasileiro no Século XIX → criou um Exército realmente brasileiro. Criou a Comissão de Melhoramento de Material do Exército (1849). Obteve a promulgação de uma Lei de acesso e promoção de oficiais (1850). Estabeleceu a primeira doutrina de emprego do Exército Brasileiro (1850). Reorganizou o Exército em 1851. Mandou adquirir espingardas de percussão raiadas do sistema a Tige e de agulha Dreyse (1851). Fundou o Laboratório Pirotécnico do Campinho (1852) → produção de munições (foguetes, cápsulas de fulminante, cartuchos de fuzis, espoletas de artilharia, artifícios pirotécnicos). Criou os Inspectores dos Corpos de Infantaria, Cavalaria, e Artilharia do Exército (1852) → moralização administrativa. Criou a Comissão de Promoção de Oficiais (1852) → racionalidade administrativa. Aprovou o primeiro plano de uniformes do Exército (1852). Criou a Repartição do Quartel-Mestre General (1853) → logística e administração material do Exército. Ampliou o ensino militar: Decorrência da Reforma de 1850 → permitir os estudos dos oficiais. Criou o curso de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul (1851) → instalado em 1853. Propôs a subdivisão da Escola Militar em duas escolas: Escola Central (Lgo. de S. Francisco) e Escola de Aplicação (Praia Vermelha).

O terceiro, Francisco de Lima e Silva, Marquês de Caxias, foi uma liderança militar nos níveis estratégico e operacional que no campo organizacional, estabeleceu um

padrão de procedimento em operações nas áreas logística, disciplinar, higiene em campanha e planejamento. Criou a Repartição do Ajudante General (1857). Estabeleceu o modelo dos estados-maiores dos grandes comandos e grandes unidades em operações (1857).



Figura 8- Francisco de Lima e Silva. Fonte: DOS, Contribuidores. político brasileiro. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 18 set 2022.

A capacidade do novo exército imperial foi comprovada da Guerra da Tríplice Aliança. A despeito de dificuldades iniciais pelo repentino aumento de efetivos, castigos disciplinares brutais, serviços logísticos precários e da dependência de fornecedores civis, o desempenho geral em combate foi alto devido ao profissionalismo e integridade moral da oficialidade, do bom estado da tropa, treinamento constante da infantaria, tropa bem equipada com armamento moderno.

Quando as tropas retornaram do Paraguai, os oficiais se sentiram ressentidos pela monarquia e até mesmo desprestigiados. A questão militar na derrubada da monarquia no Brasil, inseriu os militares, pela primeira vez, nos assuntos políticos do país.

O exército operativo no Brasil Império evoluiu de um exército despreparado e desorganizado para um exército moderno, testado em guerra, positivista e inserido na política nacional, cujo conceito operativo ao final do império pode-se inferir como um exército de emprego externo e interno, profissional e inserido no contexto da política interna, mantendo-se os valores de sua formação e reforçados pelos seus líderes oriundos, principalmente da Guerra da Tríplice Aliança.

6. O EXÉRCITO NO BRASIL REPÚBLICA

6.1. A REPÚBLICA BRASILEIRA

O fim da monarquia no Brasil é consequência de diversos processos históricos e fatores do período histórico anterior. Os militares voltaram da Guerra do Paraguai gozando de pouco status diante do Império. Além dos militares, fazendeiros estavam descontentes com a abolição da escravidão. O próprio clero estava contra a monarquia. O descontentamento dessas classes favoreceu o processo de transformação política no país para a República

A República pode ser estudada em diferentes modos como ela foi governada. Na República Velha, o Brasil foi governado pelo Marechal Floriano Peixoto e Marechal Deodoro da Fonseca, de 1889 a 1894, posteriormente, com o governo de civis de 1895 a 1930. A Era Vargas, um governo de 1930 a 1945, do presidente Getúlio Vargas, a República de 1945 a 1964, Governos Militares de 1964 a 1985 e, por fim, a República Nova de 1985 aos dias atuais.

Os principais eventos de cada período, no aspecto político-militar podem ser assim citados:

Na República Velha, iniciando-se com a Proclamação da República em um Governo Provisório chefiado por Deodoro. Daí, a primeira Constituição da República em 1891. Deodoro é eleito presidente da República pelo Congresso nacional e Floriano Peixoto como vice.

A turbulência da transição dos regimes trouxe ao país a Revolução Federalista em 1893, no Rio Grande do Sul, estendendo-se a Santa Catarina e Paraná, a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, com participação de monarquistas, que ao se retirarem da Baía da Guanabara, os rebeldes da Armada unem-se aos federalistas no Sul.

No término da conhecida República da Espada (1889/1894), iniciou-se a República das Oligarquias (1894/1930), com a Eleição do civil Prudente de Moraes para a Presidência da República. O governo enfrentou a Revolta de Canudos no sertão nordestino, a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, envolvendo também a insatisfação popular com as más condições de vida e a alta de preços de produtos básicos. Com a Morte de Afonso Pena, o vice, Nilo Peçanha assume a Presidência. Marcando a quebra da “Política do Café-com-Leite”.

Um acordo entre São Paulo e Minas perdurou até 1898, com a eleição de Campos Sales até 1909. Nesse ano, abriu-se a dissidência entre os dois Estados, que facilitou a vinda provisória dos militares e a volta permanente do Rio Grande do Sul à cena política nacional. A campanha para a presidência da República, em 1909-1910, foi a primeira efetiva disputa eleitoral da vida republicana. O Marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro, saiu candidato com o apoio do Rio Grande do Sul, de Minas e dos Militares. São Paulo, na oposição, lançou candidatura de Rui Barbosa, em aliança com a Bahia. (Fausto, 2015)

Hermes da Fonseca é eleito presidente e Venceslau Brás vice, porém a luta por melhores condições da qualidade de vida das pessoas ainda desafia o governo, como o ocorrido na Revolta da Chibata. Os desafios no sul do país se viram configurados na Campanha do Contestado: destruição, pelo Exército, dos núcleos messiânicos instalados na região da divisa entre Paraná e Santa Catarina. No campo externo, navios alemães torpedeiam navios brasileiros. Em represália, o Brasil entra na Primeira Guerra Mundial. Nas eleições presidenciais, Rodrigues Alves é eleito presidente e Delfim Moura, vice, quando a gripe espanhola se alastra por São Paulo e outras regiões do país.

A Revolta do Forte de Copacabana (Os 18 do Forte), foi a primeira revolta do movimento tenentista, desdobrando diversos conflitos sob o contexto de luta contra o sistema político vigente, que favorecia apenas as classes que dominavam a economia do país, assim, em 1924, eclode, em São Paulo, outra revolta tenentista contra o governo federal. Tem início a Coluna Prestes.

Em 1930, inicia-se, no Rio Grande do Sul e no Nordeste, a Revolução de 1930, dando fim a Primeira República (ou República das Oligarquias) e início da Era Vargas.

Na Era Vargas, o governo provisório de Getúlio buscou se firmar ante as incertezas do momento, frente as oligarquias regionais, que almejavam reconstruir o Estado nos velhos moldes. A centralização do poder político se fez sentir com a indicação de interventores, limitando a atuação dos estados, centralização no campo econômico, concentrando a política do café nas mãos do governo, com a compra e destruição física do excedente (Queima do café). Transformação do perfil da economia com incentivo a uma indústria de base, nacionalização dos meios de transportes, das comunicações e da exploração mineral. A política trabalhista apresentou-se inovadora em relação ao período anterior, com a publicação de leis de proteção às classes urbanas nascentes, facilitando o enquadramento dos sindicatos de trabalhadores. A educação entrou no compasso das mudanças centralizadoras

com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Apoio da Igreja Católica na sustentação popular ao regime de Getúlio.

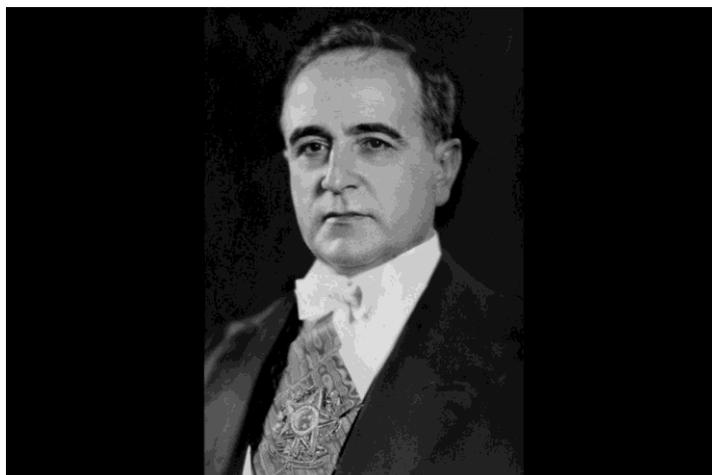


Figura 9- Getúlio Vargas- Fonte: (“Regimes autoritários: reposicionamento de uma discussão fundamental”, 2020)

A Revolução Constitucionalista de 1932 contestou o governo provisório de Getúlio ao exigir a normalização democrática. Em 1934 é promulgada a segunda Constituição da República, que incorpora a legislação trabalhista e os recentes aperfeiçoamentos eleitorais; criação dos “deputados classistas” (20% do total).

Vargas é eleito indiretamente para a Presidência da República, com um mandato de quatro anos. E na Constituição de 1934 abandonou o modelo norte-americano, tomando por base a Constituição de Weimar de cunho social-democrático, voltada para os problemas do capital e do operário.

No período, surgem as forças políticas ideologicamente opostas como a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), influenciando significativos setores da sociedade brasileira, culminando na Intentona de 1935.

Com a centralização política, e com a acomodação das oligarquias regionais com os grupos emergentes, dá-se o início do deslocamento do eixo da economia do polo agroexportador para o urbano industrial. Assim, ocorre a reestruturação das relações entre os novos atores sociais; classe média urbana, operariado nascente, imigrantes, militares conservadores e “tenentes” e segmentos da sociedade, influenciados pelas ideias polarizadoras do início da década de 1930.

Com a descoberta do Plano Cohen, em fins de 1937, agravou o panorama político com uma suposta tomada do poder pelos comunistas, fazendo Vargas solicitar à Câmara a decretação do Estado de Sítio. Com o acirramento das tensões políticas

houve a outorga de uma nova constituição a de 1937, de caráter centralizadora, conhecida como a “Polaca” e com influência da “Carta del Lavoro”.

Este foi um período conduzido por Getúlio em permanente Estado de Emergência com fechamento do Congresso, extinção das bandeiras, hinos e escudos dos estados, valendo-se de seu perfil populista. Sua política externa pragmática voltada para os interesses do país, demonstrou ambiguidades em relação ao Eixo e os Aliados na II Guerra Mundial. Instituiu censura da imprensa, pena de morte e o fechamento dos partidos políticos com a criação de órgãos de controle político, administrativo e social, como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Polícia Especial (PE), e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

A Intentona Integralista em 1938 recrudescer as ações de Vargas em relação aos integrantes e simpatizantes da Ação Integralista Brasileira (AIB).

O governo de Vargas colaborou para o desenvolvimento de uma economia de caráter nacionalista e industrialista com a criação de entidades estatais como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Nacional de Álcalis (CNA), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Fábrica Nacional de Motores (FNM).

O afundamento de navios brasileiros, arrefeceu a simpatia de Vargas pelo EIXO e aproximou o Brasil dos Estados Unidos da América (EUA). Em 1942, a conjuntura internacional conduziu o Brasil a um posicionamento definido em relação ao EIXO, tendo o país enviado à Europa da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em 1944.

Como consequência da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, evidenciou-se as contradições do governo de Getúlio, onde o país combatera a tirania sob um governo ditatorial do Estado Novo, contribuindo para a saída de Vargas.

A República de 1946 a 1964, iniciou-se com a posse de Eurico Gaspar Dutra, e foi finalizado com a Revolução Democrática de 1964. Ao longo dessa fase, o Brasil foi presidido por nove presidentes, entre os quais cinco foram eleitos em eleição presidencial (incluindo João Goulart, vice de Jânio).

Com o fim do Estado Novo, estabeleceu-se uma democracia liberal no Brasil, a qual expressava os valores de grupo, como bem evidenciou a Constituição de 1946. Esse período ficou marcado por fortes tensões políticas, sobretudo na disputa travada entre PTB/PSD e UDN, e por altas taxas de crescimento da economia.

Destaca-se que, no mundo, a Guerra Fria refletia a busca por influência por parte do bloco capitalista, liderado pelos EUA, e por parte do bloco comunista liderado pela

antiga URSS. Assim, o Brasil como o maior país da América Latina foi cobiçado pelos dois blocos, elevando as tensões políticas no período.

Essas tensões culminaram em um processo de assunção do poder da República pelos militares com o objetivo de estabilizar o país perante a estas ameaças.

Os governos militares, entre 1964 e 1985, foram representados pelos seguintes militares: Marechal Castelo Branco (1964 – 1967), Costa e Silva (1967 – 1969), Médici (1969 – 1974), Geisel (1974 – 1979), Figueiredo (1979 – 1985).

Durante esse período, o poder se centralizou com o objetivo de favorecer a estabilização política e econômica no país.

As principais medidas econômicas foram a criação de diversas empresas estatais como a EMBRATEL, EMBRAER, Petroquisa, Itaipu, GASBOL, Indústria Nuclear, Proálcool, Usina Tucuruí, ENGESA, IMBEL, entre outras.

As medidas políticas do período tiveram o objetivo de favorecer o ambiente interno diante da guerra fria. A política externa variou entre a aproximação unilateral com os EUA com o relacionamento mais pragmático entre outros países. O combate às guerrilhas no país, que trazia violência ao campo e à cidade, ocupou grande parte do esforço político.

Assim, em 1985, os governos dos militares criaram um ambiente favorável para a transição de poder aos civis.

Na República nova, de 1985 aos dias atuais, a República brasileira foi governada por oito presidentes. O período é caracterizado por uma certa estabilidade externa e por um desenvolvimento interno, apesar das variações de inflação e dos juros.

As condições do período fizeram surgir o crime organizado nas grandes cidades e, portanto, altas taxas de criminalidade.

6.2. O EXÉRCITO NA REPÚBLICA

Com o despertar da República, os militares se consideravam os detentores dos valores da nação, os únicos capazes de conduzir as decisões do país no lugar dos civis. A própria preparação do ambiente político para a Proclamação da República foi conduzida pelos militares.

Esse espírito foi intensificado pela reforma no ensino militar de Benjamin Constant, que tinha como premissas conciliar a instrução militar com a civilidade eminentemente moral e humanitária que de o futuro está destinado aos exércitos no continente sul-americano. Tinha um idealismo pacifista de formar o “cidadão armado”, corporificação da honra nacional e como um importante cooperador do progresso, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral. Essas premissas trouxeram a indisciplina e o sentimento do cientificismo, o militar como um homem das ciências.

Essas características das forças, no contexto violento da década de 1890, levou o ambiente interno a sangrentos conflitos, materializando a baixa efetividade do Exército, como na Revolução Federalista (1893-1895), com cerca de 10 mil mortos, na Revolta da Armada (1893-1894) e na Guerra de Canudos (1896-1897), com cerca de 20 mil mortos.

Exército em 1897 tinha um efetivo total de 23 mil homens. Seus oficiais mais afeitos à poesia e à política que à guerra. A Tropa sem qualquer instrução militar. As críticas aos militares e à sua condição eram constantes.

Por esses fatores, o Exército passou por uma primeira tentativa de transformação, administrada por Francisco de Paula Argolo, que ao perceber a alarmante impropriedade da educação dos oficiais, priorizou a reforma do ensino militar antes da reorganização do Exército, fechou a formação dos oficiais bacharéis do exército, criou o grau de aspirante-a-oficial, realizou a reforma do Ensino Militar (1905). Dividiu a formação do oficial em 04 escolas (Porto Alegre, Rio Pardo, Realengo e Campo Grande). Criou a Escola de Estado-Maior (EEM) no Rio de Janeiro e enviou jovens oficiais para estagiar na Alemanha (1906-1912), os “Jovens Turcos”.

Na sequência das reformas, Hermes da Fonseca criou as Brigadas Estratégicas e Brigadas de Cavalaria. Construiu a Vila Militar (1908), para aquartelar a 1ª Brigada Estratégica no Rio de Janeiro e aprovou a Lei do Alistamento e Sorteio Militar (1908).

A modernização pretendida por Francisco de Paula Argolo e Hermes da Fonseca foram determinantes na organização da formação militar prática e na organização dos documentos doutrinários, porém, os conflitos posteriores mostraram que o Exército ainda precisava de novas modernizações, como demonstrado na Guerra do Contestado, que necessitou de realização de cinco expedições de tropas do Exército para pacificar a região, se estendeu por quase 04 anos. Na 5ª expedição (Gen. Setembrino de Carvalho) as tropas empregaram 7 mil homens (Total do Exército

em 24 mil homens). Havia muitos oficiais fora das unidades ou se furtando ao cumprimento do dever.

Posteriormente a esse período de reformas, o Brasil veio a adotar um processo mais robusto de transformações com a Missão Militar Francesa.

Em janeiro de 1919, o governo tomou a decisão de contratar uma missão militar. O Chefe da Comissão Francesa, o General Gamelin, veio ao Brasil em março de 1919 para realizar reconhecimentos, seleção dos membros e elaboração do contrato, que foi assinado em 8 de setembro de 1919. A missão se estendeu por 20 anos.

A missão tinha um objetivo de se constituir um órgão de assistência técnica e de instrução. Assim, dirigiu as atividades na direção da Escola de Estado-Maior, da Escola de Aperfeiçoamento, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária.

As principais medidas foram a Criação da Escola de Aviação (1919), a reabertura da Escola de Estado-Maior (1920 a criação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1920), a criação da Escola de Intendência (1921), criação da Escola de Veterinária (1921), criação do Centro de Formação de Oficiais Instrutores de Equitação (1922).

Como consequência da missão, o Exército se organizou com a introdução da aviação e dos blindados, novos conceitos doutrinários, conceito de “célula” e a função especializada de seus membros, nova tática baseia-se na “utilização intensiva do armamento”, disseminação das armas automáticas até o nível da pequena fração, preocupação com a instrução da tropa e dos quadros permanentes, novo corpo doutrinário.

A constância de preparação do exército, como fruto da missão militar francesa, não acompanhou a atualização tecnológica e doutrinária do período entreguerras, porém, com o alinhamento do Brasil com os Aliados e com a entrada na II Guerra Mundial ao lado dos EUA, a operatividade do Exército evoluiu.

Com essa participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos EUA, foi adicionada às capacidades do Exército Brasileiro a doutrina norte americana e a atualização dos equipamentos da força. Tais capacidades podem ser sintetizadas nas melhorias do poder de fogo das unidades, na mobilidade das tropas, e no emprego da aviação militar. De 1945 a 1960, pôde ser observada a fusão das doutrinas francesa e americana.

O Exército Brasileiro na década de 1960 foi incorporando capacidades para as ameaças internas e externas. Com o surgimento das guerrilhas de ideologia

comunista durante os governos militares, ele desenvolveu a capacidade de Inteligência e de Contra Guerrilha, criando, inclusive, as suas Forças Especiais. Além disso, com a iniciativa de militares do Estado-Maior do Exército, passou-se a criar o conceito regulamentado da doutrina militar brasileira. A partir de então, oficialmente, a doutrina militar brasileira começou a ser escrita.

Com a Constituição de 1988, a missão do Exército passou englobar, além da defesa da pátria, a Garantia da Lei e da Ordem. Assim, passou a realizar diversas tarefas no interior do Brasil, inclusive, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

Desde a década de 1990, o Exército implementou diversas medidas para o desenvolvimento de uma doutrina própria, e de desenvolvimento de capacidades estratégicas que podem desequilibrar o combate em um ambiente atual. Essas capacidades permeiam a situação de guerra e não guerra.

Tais evoluções fizeram com que o Exército ampliasse as suas formas de atuação, acumulando sucesso ao longo do tempo. A forma profissional como a força terrestre vem atuando, culminaram com o emprego exemplar do Exército na Operação São Francisco. Uma operação complexa de estabilização de segurança na Comunidade da Maré, no Rio de Janeiro. A Operação era fiscalizada por todos os órgãos de controle dos Direitos Humanos, direitos individuais, ONGs, uso correto dos recursos públicos entre outros.

Notam-se, de forma incontestável, os resultados positivos alcançados pela Força de Pacificação e o apoio recebido da população nas manobras executadas. No período de 450 dias foi possível verificar pontos positivos e negativos com a adequação e atualização cotidiana dos militares. Aspectos positivos: • Repreensão do alto nível de criminalidade; • Redução do comércio de tráfico de drogas; • Perda do poder de território e impunidade do tráfico e do APOP; • 83.000 ações, 674 prisões, 255 apreensões de menores infratores e 1.356 apreensões de drogas, armas, munições, veículos, motos e materiais diversos; • Prisões de principais integrantes do tráfico, causando desestruturação organizacional no tráfico e uma perda significativa no comércio de entorpecentes ilícitos; • Retomada da área enquadrada e liberdade de ação das facções; • Redução do uso ostensivo de armas e comércio de drogas; • Realização de 20 ações sociais nas comunidades, somando aproximadamente 24 mil atendimentos; • Redução na taxa anual de homicídios – no início da operação, o número era de 21,24 pessoas mortas por 100 mil habitantes ao ano. Após a ocupação das tropas federais essa taxa caiu para 5,33 pessoas mortas por 100 mil habitantes ao ano, de acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP); • Novas regras de engajamento a serem adotados em Garantia da Lei e da Ordem pelas Forças Armadas; • Manobras envolvendo brigadas de outros comandos de áreas. ((DE e CAMPOS, [S.d.]

Nas últimas décadas, o Exército construiu estradas, perfurou poços artesianos, atuou em desastres naturais, estabeleceu segurança em comunidades, garantiu o

pleito eleitoral pelo país, atuou como polícia na fronteira, atuou em missões de Paz pela ONU. Possui capacidade de Guerra Cibernética, DQBRN e de produção industrial e científica.

Assim o Exército construiu seu atual conceito operativo:

O conceito operativo do Exército é definido pela forma de atuação da Força Terrestre no amplo espectro dos conflitos, tendo como premissa maior a combinação, simultânea ou sucessiva, de operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências, ocorrendo em situação de guerra e de não guerra. A situação determinará a preponderância de uma operação sobre outras. O conceito é abrangente e busca orientar as operações terrestres de curto e médio prazo. Caracteriza-se ainda pela flexibilidade, isto é, pode ser aplicado a qualquer situação no território nacional e/ou no exterior (BRASIL, 2017)

Pode-se resumir, parcialmente, que durante o período da República, o Exército Brasileiro abandonou a base doutrinária estrangeira e desenvolveu capacidades próprias de desenvolvimento doutrinário e do próprio conceito operativo para atuar em diversos espectros de conflito. A evolução do período provém das necessidades de emprego em GLO, e no contexto das Nações Unidas. A transformação para a doutrina nacional tem transformado o conceito operativo para um caminho proativo, estabelecendo bases para um exército cada vez mais efetivo em suas missões.

7. CONCLUSÃO

As grandes transformações do Exército Brasileiro de Guararapes à Operação São Francisco criaram a atual identidade do Exército Brasileiro e essa identidade é traduzida pelo seu conceito operativo.

Em síntese, ao longo da história, a força terrestre incorporou diversos atributos provenientes de exércitos estrangeiros que se encaixavam nas necessidades operativas do Brasil em cada época. No Brasil colônia, incorporou-se, acima de tudo, o sentimento de amor à pátria, de integração nacional e de um exército de todas as raças. No Brasil Império, além das primeiras estruturas físicas que perduram até hoje, o Exército conheceu os seus patronos, os heróis da Guerra da Tríplice aliança. E na República, consolidou-se a identidade do Exército Brasileiro, que passou a decidir os seus rumos, sem que adotasse um modelo de um exército do exterior.

Pode-se concluir que, no Brasil Colônia, o exército existente no Brasil, apesar de lutar sob a bandeira de Portugal e com a doutrina portuguesa, já havia se transformado em um novo exército para se adaptar às necessidades da colônia. As transformações foram reativas diante das invasões francesas e holandesas, como também pelos conflitos internos, e, assim, houve a necessidade de atualizações na organização e doutrina militar.

No Brasil Império, as forças estavam iniciando a se desenvolver sem estar calcada em Portugal. Começou de forma muito precária e teve a necessidade de contar com a contratação de estrangeiros para compor unidades de combate para os conflitos no sul. Motivado pelos desgastes nos confrontos, o exército teve uma nova grande transformação, que o fez dar maior atenção aos aspectos logísticos e atenção à política nacional.

Na República, o Exército Brasileiro obteve um grande salto em seu desenvolvimento. Inicialmente, pela inserção da doutrina alemã, francesa e norte americana, sendo todas em reação aos conflitos na Europa. E, posteriormente, a assunção da própria doutrina a partir da década de 1960, culminando no atual exército.

Segundo Smith (2008), todo exército se prepara para a guerra que já não vai mais existir. O autor se refere à evolução constante dos conflitos, que desperta nos exércitos o estudo e o aperfeiçoamento para evitar erros cometidos anteriormente. Entretanto, como exposto no trabalho, o novo conflito exige novos desafios. Portanto,

é coerente que as grandes transformações ocorridas no Exército Brasileiro tenham sido reativas ao acontecido anteriormente.

Assim, cabem novos estudos aos seguintes questionamentos: o que se pode exigir do exército para desafios futuros? Quais aspectos devem ser estudados para não permitir que o exército se torne, em geral, um exército obsoleto? Além da doutrina, da organização e da prontidão, o que o oficial de Estado Maior deve considerar para propor modificações no conceito operativo do exército?

Por fim, pode-se inferir que as transformações do conceito operativo do Exército Brasileiro nos materializaram em uma instituição do povo brasileiro, guardião dos princípios da sociedade, que possui capacidades de emprego nas mais diversas situações e que tem um pessoal como força motriz capaz de conduzir novas transformações utilizando o braço forte e a mão amiga.

REFERÊNCIAS

_____. Exército. ECEME. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Exército. ECEME. **Formatação de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. 35. ed. Brasília, DF. Edições Câmara, 2012.

DE, Marcelo e CAMPOS, Barros. **Março-Abril 2016 MILITARY REVIEW Força de Pacificação - Operação São Francisco Políticas Integradas de Segurança Pública na Cidade do Rio de Janeiro -Complexo Da Maré - Forças Armadas Brasileiras**. [S.l: s.n.], [S.d.]. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20160430_art005POR.pdf>. Acesso em: 21 set 2022.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil** – 14. Ed atual e ampl., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, (Didática,1)

File:Francisco de Lima e Silva - Litografia (cropped-2).jpg - Wikimedia Commons. Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Francisco_de_Lima_e_Silva_-_Litografia_\(cropped-2\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Francisco_de_Lima_e_Silva_-_Litografia_(cropped-2).jpg)>. Acesso em: 18 set 2022.

LEMOS, Juvêncio Saldanha, 1940. **Os Mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830)** – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

MAGALHÃES, João Batista, 1887-1968. **A Evolução militar do Brasil** – 3. Ed – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001.

Operativo. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/operativo/>>. Acesso em: 14 set 2022.

Regimes autoritários: reposicionamento de uma discussão fundamental. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/regimes-autoritarios-reposicionamento-discussao-fundamental-03102020>>. Acesso em: 21 set 2022.

SCHULZ, John. **O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

TIAGO SOARES NOGARA. **Guerra do Paraguai, interesse nacional e falsificação histórica - Bonifácio**. Disponível em: <<https://bonifacio.net.br/guerra-do-paraguai-interesse-nacional-e-falsificacao-historica/>>. Acesso em: 18 set 2022.

TIAGO SOARES NOGARA. **Guerra do Paraguai, interesse nacional e falsificação histórica - Bonifácio**. Disponível em: <<https://bonifacio.net.br/guerra-do-paraguai-interesse-nacional-e-falsificacao-historica/>>. Acesso em: 18 set 2022.

TODA MATÉRIA. **Noite das Garrafadas**. Disponível em:
<<https://www.todamateria.com.br/noite-das-garrafadas/>>. Acesso em: 18 set 2022.

TREVISAN, Leonardo N. *Obsessões Patrióticas: Origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro* – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.